

PARAÍÇOS SOB CONTROLE: INDÍCIOS DE RECLUSÃO E CONTENÇÃO TERRITORIAIS PELA PRÁTICA TURÍSTICA NO LITORAL SUL DE PERNAMBUCO (BRASIL)

CONTROLLED PARADISE: EVIDENCE OF TERRITORIAL SEIZURE AND RESTRAINT BY TOURISM PRACTICE IN THE SOUTHERN COAST OF PERNAMBUCO (BRAZIL)

Paulo Roberto Baqueiro BRANDÃO¹

RESUMO

O escrito ora apresentado se constitui em um exame, de caráter exploratório, da ocorrência de processos de territorialização nos balneários turísticos de Porto de Galinhas (Ipojuca) e Praia dos Carneiros (Tamandaré), no litoral sul pernambucano, dando ênfase à identificação de indícios que apontem para a existência de elementos ligados à prática da contenção e reclusão territoriais. Para tanto, o texto é composto de três seções: a primeira trata dos enlaces teórico-conceituais e metodológicos necessários ao estudo dos territórios e territorialidades pelo viés comparativo de análise; a seguinte busca revelar algumas das características geográfico-históricas dos balneários de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros mais relevantes para o entendimento dos processos em questão; e, por fim, o exame preliminar dos indícios que apontam para a ocorrência de processos de reclusão e contenção territoriais pela prática turística nas localidades acima mencionadas.

Palavras-chaves: Turismo; Precarização territorial; Balneários litorâneos; Pernambuco (Brasil).

ABSTRACT

The study presented herein is an analytical investigation of territorialization processes in the tourist resorts of Porto de Galinhas (Ipojuca) and Praia dos Carneiros (Tamandaré) in the southern coast of Pernambuco, emphasizing evidence that points to the existence of elements linked to the practice of territorial seizure and restraint. Therefore, this paper is composed of three sections: the first section concerns theoretical and methodological approaches, necessary for the study of territories and territorialities through comparative analysis; the second section aims to reveal some of the geographical and historical features of the beach resorts in Porto de Galinhas and Praia dos Carneiros, most relevant in order to understand the processes under analysis; and finally, a preliminary examination of evidence pointing to processes of territorial seizure and restraint by tourist practice in those locations.

Keywords: Tourism; Territorial Restraint; Beach Resorts, Pernambuco (Brazil).

¹ Universidade Federal da Bahia, Campus de Barreiras.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma prática socioespacial com grande capacidade de promover transformações nas localidades onde ocorre. Novos objetos e ações se somam àqueles que já animavam, com precedência, a vida de relações nos lugares selecionados para acolher turistas. De modo quase que invariável, esse “encontro” entre o novo e o antigo se dá em um ambiente no qual certos interesses entram em rota de colisão, o que acaba por gerar relações de poder e estas, sem remediação, se projetam no espaço.

Como instância espacial de poder, o território é o *locus* de relações sociais que tem na tentativa ou na efetivação da dominação e/ou apropriação do espaço a sua principal razão de ser. Tal ente geográfico é, pois, um campo de forças onde se constitui a arena de ações dos agentes hegemônicos – no caso, do turismo – e dos homens. O território é, assim, o espaço onde se desenrolam usos múltiplos revestidos de poder e dotados tanto da racionalidade própria dos fazeres ligados à ordem global quanto daqueles organicamente constituídos, estabelecidos a partir de uma ordem local.

O olhar atento pode permitir ao investigador um reconhecimento preliminar da existência de certos arranjos territoriais que são construídos nos destinos turísticos, algo que se clarifica ainda mais a partir de contatos diretos com pessoas que vivenciam a realidade local e que podem agregar informações. Tal conjunto de referências, se bem analisado, permite estabelecer os caminhos necessários ao descortinamento de contradições nem sempre aparentes. Esses indícios, como serão aqui denominados, estão presentes no lugar turístico em sua materialidade ou como elementos simbólicos, sendo empregados para garantir a primazia de determinados agentes no processo de construção dos territórios do turismo.

Assim, o escrito ora apresentado se constitui em um exame, em caráter exploratório, da ocorrência de processos de territorialização em dois balneários turísticos do litoral sul de Pernambuco, quais sejam, Porto de Galinhas (Ipojuca) e Praia dos Carneiros (Tamandaré), dando ênfase ao exame de indícios que apontem para a existência de elementos ligados à prática da reclusão e da contenção territorial.

Para tanto, este escrito é composto de três seções: a primeira trata dos enlaces teórico-metodológicos necessários ao estudo dos territórios e territorialidades pelo viés comparativo de análise; a seguinte busca revelar algumas das características geográfico-históricas dos balneários de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros mais relevantes para o entendimento dos processos em questão; e, por fim, o exame preliminar dos indícios que

apontam para a ocorrência de processos de contenção e reclusão territoriais pela prática turística nas localidades antes mencionadas.

1. A ABORDAGEM TERRITORIAL EM ESTUDOS COMPARATIVOS: ENLACES TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Tratar de território é reconhecer, primordialmente, que a atualidade do seu debate está na dupla base explicativa que lhe dá substância: a material, ligada à possibilidade de dominação de uma dada unidade espacial, e a simbólica, referente à primazia do usufruto ou apropriação de um espaço (HAESBAERT, 2007). Dito de outra maneira, se na primeira acepção a existência do território e do jogo dinâmico pela sua dominação (a territorialidade) tem um caráter funcional, jurídico-institucional e político-econômico, na segunda, a ênfase está nos aspectos subjetivo e simbólico da relação entre um indivíduo ou grupo e o espaço onde vivencia(m), reproduz(em) suas práticas sociais e, enfim, se territorializa(m).

Fundamental ter em conta que, ao admitir tal forma de compreensão, não há como considerar que a construção do território se dê de uma *ou* de outra maneira, mas sim de uma *e* de outra maneira, concomitantemente. O território é, portanto, um ente geográfico que se configura a partir de uma multiplicidade de relações, desdobrando-se “ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2004a, pp. 95-96).

Ademais, o território é concebido como uma instância espacial de poder, construído como um produto social historicamente definido, relacional, multiescalar e multidimensional. Essas relações se configuram por meio de dominação e apropriação exercidas por um determinado indivíduo, grupo ou entidade sobre os demais. Os detentores de tal capacidade são os ditos agentes.

De um ponto de vista conceitual, segundo Haesbaert (2009a, p. 105):

(...) o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca em seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na “dimensão”, ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.

Nos dias atuais, muitas são as práticas que incidem na construção dinâmica e complexa de territórios, entre as quais, merece destacar o turismo, justamente por ser um

vetor de integração/fragmentação e de produção/consumo dos espaços, o que lhe confere a condição de ser causa e consequência de uma série de processos que animam a vida de relações no lugar, incluindo-se aí aquelas que evocam poder.

Neste escrito, o turismo é considerado não como atividade, fenômeno, sistema, “indústria” ou produto, mas como prática socioespacial, posto que contenha atributos materiais (objetos técnicos) e relacionais (ações) que, configurados em um arranjo coerente, dão uma feição ao espaço. Neste sentido, sendo uma prática socioespacial, o turismo permite e até motiva a ocorrência de relações de caráter territorial por parte dos agentes que coexistem no espaço turistificado.

Dentre os diversos arranjos que dão sentido ao ente geográfico em tela, neste texto, o privilégio é dado ao exame da reclusão e contenção territoriais, cujos conceitos, segundo Haesbaert (2009a) estão ainda em construção. Outrossim, o autor arrisca pré-definir contenção territorial por meio da dissecação de algumas de suas características mais expressivas:

“Contenção” foi o termo que encontramos para revelar, sobretudo, o sentido ambivalente, a ambiguidade envolvida nas formas contemporâneas de territorialização. A começar pelas novas cercas e muros, de toda ordem, que proliferam pela superfície do planeta, e que não significam, simplesmente, um processo de “exclusão”.

(...)

Basicamente essas barreiras físicas, paralelamente aos “campos” de contenção, estão sendo propostas e construídas visando o fluxo de pessoas (...), em nome de discursos xenófobos pautados no medo (...) e na insegurança frente às diversas “ameaças” ou “riscos” imputados ao Outro, ao diferente, àquele que deve permanecer “do outro lado” (opus cit., p. 114-115).

Mais adiante, segue afirmando:

Contenção envolve também esta característica de ambivalência em que estamos ao mesmo tempo “contendo” a progressão de outros e “nos contendo” em termos da nossa própria progressão/mobilidade, de modo que o “conter” (o outro) e o “estar contido” (pela não-progressão do outro) se mesclam de tal forma que, podemos dizer, o “outro” está em nós pelo mesmo processo de contenção que, ao evitar sua expansão, provoca também, de alguma forma, o nosso retraimento (p. 115).

Neste sentido, a contenção territorial envolve processos de construção material e simbólica de elementos que visam, de forma parcial, provisória e paliativa, promover fechamentos, interrupções ou redução da presença ou da expansão de indivíduos, grupos e entidades, bem como das suas ações, que são indesejáveis aos que tomam tais iniciativas. Por outro lado, como se pode constatar na assertiva de R. Haesbaert, há uma lógica quase

esquizofrênica no fomento à contenção territorial, pois, na medida em que se reduz as possibilidades de mobilidade do outro, aumentam as restrições às suas próprias.

No que diz respeito à reclusão territorial, esta é assim definida por Haesbaert (2009b, p. 63):

Inspirados na noção de “reclusão” disciplinar de Foucault, propomos falar de uma “reclusão territorial” ligada diretamente ao poder disciplinar. Reclusão significa o “fechamento” de um território em um sentido mais estrito, ou seja, um território, de alguma maneira, fechado “por todos os lados” ...

Além disso, são apontados pelo autor dois tipos de fechamento territorial, com base no que Foucault indica, quais sejam:

[...] o primeiro, a “reclusão de exclusão”, em que o internamento significa marginalização. “Interna-se”, mas para permanecer fora da sociedade, significa “exclusão”.

[...]

O outro tipo de fechamento territorial, mais relevante para nós, hoje, é o que Foucault chamaria de “reclusão de fixação” ou de “sequestro”. [...] Isola-se ou “interna-se” o indivíduo num recinto fechado com a ideia de resgatá-lo, de trazê-lo de volta (p. 63).

Ainda segundo R. Haesbaert, existem as formas de reclusão simulada, posto que as noções de sequestro e resgate, para alguns casos, não devam ser consideradas no seu sentido estrito. Em outras palavras, a reclusão territorial pode ser empregada como estratégia de controle daqueles indivíduos ou grupos considerados indesejáveis em determinados contextos.

De uma ou de outra maneira, o que se tem é um processo de precarização territorial sob a forma, muitas vezes,

[...] de territórios-clausura, fechados, tanto como forma de auto-reclusão (dos grupos hegemônico) como de reclusão em sentido estrito, imposta pelos que, defensores de um determinado senso de “liberdade” [...], tentam controlar o território de outros, de forma para dentro (HAESBAERT, 2004b, p. 36).

Quanto ao procedimento a ser adotado visando à análise da construção dos arranjos territoriais por parte de alguns dos agentes que fomentam a produção e o consumo do espaço em dois destinos turísticos do litoral sul de Pernambuco, é fundamental refletir sobre o aporte metodológico que se deve empregar no exame das semelhanças e diferenças entre os espaços abordados, o que neste caso, diz respeito ao método comparativo.

Desde uma perspectiva conceitual, são dois os aspectos que permitem a compreensão plena de tal procedimento de análise: similitude e diferença. Assim, segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 32), “[...] a comparação é a técnica científica aplicável sempre que houver dois ou mais termos com as mesmas propriedades gerais ou características particulares”.

Para Bruyne, Herman e Schoutheete (1977, p. 228), a validade da análise comparativa “reside na ultrapassagem da unicidade e na evidenciação de regularidades ou de constantes entre várias organizações cujas semelhanças e dessemelhanças são analisadas”. Deste modo, fica patente que compõem os objetivos de investigação de tal procedimento metodológico a busca por generalizações ou, inversamente, a ênfase nas particularidades.

Para Grosser (1973), ao tratar dos objetivos de investigação, o método comparativo tem a finalidade de tornar compreensível as coisas desconhecidas a partir de coisas conhecidas mediante a analogia, a similaridade ou o contraste; identificar novos descobrimentos ou ressaltar o peculiar; e sistematizar, enfatizando a diferença.

Assim, como forma de aproximar-se do quadro da realidade que se quer compreender, destacam-se, no âmbito desta pesquisa, duas técnicas complementares e concomitantes: a observação e a entrevista.

Ainda que à primeira vista pareça um simples uso do olhar, a observação se constitui, na verdade, em uma técnica extremamente válida em pesquisas de caráter qualitativo. Como afirma Triviños (2009, p. 153), “‘observar’, naturalmente, não é simplesmente olhar. Observar é destacar de um conjunto [...] algo especificamente, prestando, por exemplo, atenção em suas características”.

A observação significa separar, de modo abstrato e arbitrário, um determinado aspecto da realidade social do seu contexto, para estudá-lo, dando relevo, portanto, àquilo que se quer abordar. De acordo com o autor citado:

Individualizam-se ou agrupam-se os fenômenos dentro de uma realidade que é indivisível, essencialmente para descobrir seus aspectos aparentiais e mais profundos, até captar, se for possível, sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc. (opus cit., p. 153).

Para Minayo (2009), a observação dita participante possui o mérito de permitir que o investigador interaja diretamente com o objeto de pesquisa. Esta seria uma estratégia de larga importância na pesquisa qualitativa, notadamente por denotar a forte inserção na realidade.

Assim, a observação sistemática das manifestações territoriais que ocorrem nas localidades de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros se configura como um método que permite, segundo Triviños (opus cit., p. 153), colocar a descoberto os “aspectos aparentiais e mais profundos”, visando, enfim, “captar (...) sua essência numa perspectiva específica e ampla, ao mesmo tempo, de contradições, dinamismos, de relações etc.”.

A entrevista é, por sua vez, o modo pelo qual a coleta de informações não ou parcialmente verificadas através da observação se torna possível. Segundo Minayo (opus cit.), o registro fiel de entrevistas é crucial para uma compreensão pertinente da lógica interna de um grupo ou coletividade estudada.

No caso das entrevistas realizadas, com o propósito de garantir a confidencialidade dos informantes, optou-se pelo uso de pseudônimos quando da exposição e análise dos relatos. Desta forma, tais informantes serão discriminados de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1: Lista de informantes, segundo localidade, profissão e pseudônimo

Código	Localidade	Profissão	Pseudônimo
Informante 01	Porto de Galinhas	Jangadeiro	Caimmy
Informante 02	Porto de Galinhas	Garçom	Rossi
Informante 03	Praia dos Carneiros	Gerente de hotel	Jards

As observações e entrevistas foram realizadas em agosto de 2012, em atividade de campo de caráter exploratório junto ao grupo formado pelos participantes (docente e discentes) da disciplina Análise Espacial do Turismo, oferecida pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DAS LOCALIDADES DE PORTO DE GALINHAS E PRAIA DOS CARNEIROS

Os balneários de Porto de Galinhas (Ipojuca) e Praia dos Carneiros (Tamandaré) estão localizados na faixa litorânea sul do estado de Pernambuco, cujos municípios dos quais fazem parte compõem, respectivamente, a Região Metropolitana do Recife e a Mesorregião da Mata Pernambucana. No âmbito da regionalização turística estadual, ambas as localidades estão situadas no Polo Costa dos Arrecifes (Figura 1).

O balneário de Porto de Galinhas (Figura 2) é um povoado localizado no Distrito de Nossa Senhora do Ó, na porção litorânea de Ipojuca. No passado recente, foram implantados sistemas de engenharia e empreendimentos turístico-hoteleiros (urbanização turística) que geraram uma complexificação da prática turística em Porto de Galinhas, transformando-a em um dos principais destinos turísticos de Sol e Praia do Brasil.



Figura 2: Porto de Galinhas: (a) ao fundo a praia, jangadas e o arrecife; em primeiro plano, o símbolo da localidade; (b) o povoado com os arranjos espaciais provenientes de urbanização turística.



Figura 1: Estado de Pernambuco: localização de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros segundo municípios, Polo Costa dos Arrecifes e respectivas mesorregiões

A praia compreende trecho de mar aberto e outros, mais próximos à vila, com ocorrência de bancos de arrecifes. Além desses atrativos, a vila congrega um sem-número de restaurantes, bares, cafés, casas de show, lojas de produtos artesanais e de moda, além de hotéis, pousadas, bancos, eventos e demais atividades de suporte ao turismo.

A transformação desse multissecular povoado pesqueiro em espaço dominado pelo turismo resulta da ação, em um primeiro momento (décadas de 1970 a 1990), de agentes ligados às atividades de segunda residência (empreendedores imobiliários e veranistas), turistas do tipo “mochileiro” e praticantes do *surf*, e, em período posterior (a partir de meados da década de 1990), da ação combinada do Estado – através do Prodetur/NE – e de agentes hegemônicos do ramo turístico-hoteleiro – por meio de investimentos privados – com vistas à construção material e simbólica do destino turístico.

Por outro lado, a Praia dos Carneiros (Figura 3), localizada no município de Tamandaré, a despeito do potencial cênico, que congrega paisagens de ambiente estuarino e da ruralidade típica da estruturação territorial produtiva precendente, é um destino turístico ainda em fase de consolidação e, portanto, menos denso em sistemas de engenharia e empreendimentos de apoio à prática turística.

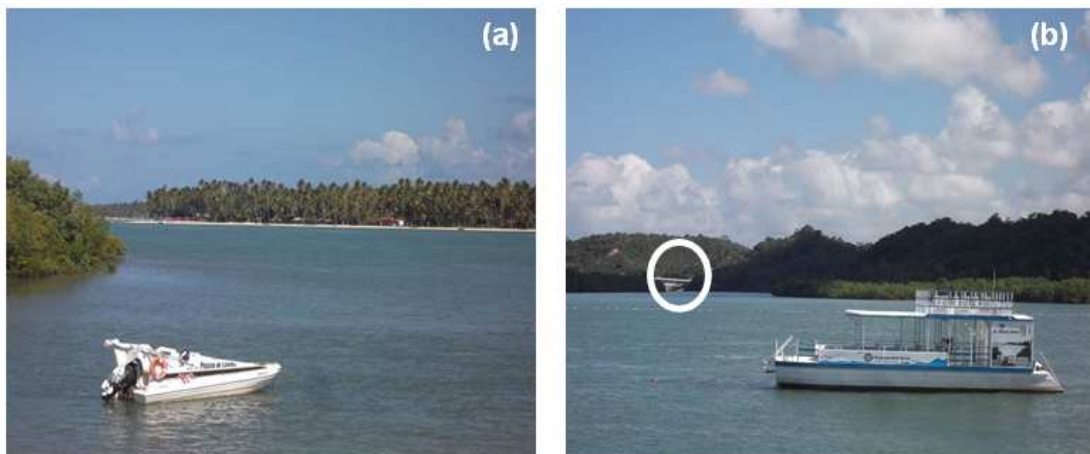


Figura 3: Praia dos Carneiros: (a) frontispício da faixa de praia; (b) catamarã para passeios turísticos; em destaque, ponte da via de acesso recém-construída.

A localidade faz parte da Área de Proteção Ambiental de Guadalupe, criada na década de 1990, e corresponde a uma faixa de praia, com cerca de 930 metros de extensão (MALLMANN e ARAÚJO, 2010), que, junto com os passeios de barco pela desembocadura do Rio Formoso, se configuram como os principais atrativos locais. Alí estão instalados alguns poucos empreendimentos hoteleiros, além das barracas de praia, que exercem considerável atração sobre turistas e veranistas.

Ligada, ainda que em condição secundária, às dinâmicas relativas à turistificação da zona atualmente conhecida como Centro Turístico de Guadalupe (SELVA, 2012) e ao recente processo de especulação imobiliária que se desenvolve como um subproduto da

prática da segunda residência nos municípios contíguos de Sirinhaém, Rio Formoso e Tamandaré, a localidade de Praia dos Carneiros é ainda uma espécie de “diamante bruto” entre as destinações turísticas pernambucanas.

Isto posto, torna fácil inferir que, nesta abordagem comparativa, as localidades em análise passam por estágios distintos de turistificação, o que torna complexo – mas, nem por isto, inexequível – o exame da dinâmica territorial que se quer esboçar neste ensaio.

3. OS INDÍCIOS DE CONTENÇÃO E RECLUSÃO TERRITORIAIS PELA PRÁTICA TURÍSTICA EM PORTO DE GALINHAS E PRAIA DOS CARNEIROS

Sendo este um escrito elaborado a partir de observações e entrevistas realizadas em saída de campo exploratória às localidades de Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros, e cuja pretensão é, tão somente, revelar impressões captadas no contato com a realidade em exame, não é possível dar um tratamento conclusivo ao que se está aqui analisando. Ao contrário, este escrito deve ser encarado como um debate introdutório sobre os arranjos territoriais ora ventilados.

Disto decorre a preferência pelo uso do termo “indício”, tanto nos títulos do texto e desta seção, quanto no transcorrer das linhas que seguem sempre que se estiver tratando daquilo que possui características de um processo que envolve a contenção e reclusão territoriais como estratégia de domínio do espaço. No dicionário Aurélio (HOLANDA, 2004), o verbete “indício” aparece com o significado de sinal, vestígio e indicação, o que, em uma interpretação livre, diz respeito à prova circunstancial da existência de algo. No caso em tela, se refere a formas específicas de territorialidade exercida em dois balneários turísticos do litoral sul de Pernambuco, como se verá nas próximas linhas.

Em Porto de Galinhas, a aparente harmonia entre os diversos agentes ali alocados, sustentada pelo discurso oficial das peças publicitárias da Prefeitura Municipal de Ipojuca, bem como pelas falas correntes dos agentes econômicos locais, é contraditória em relação à existência de alguns objetos e pela ocorrência de algumas ações, nem sempre evidentes, mas que revelam, no mínimo, um certo desacordo de interesses entre as partes coexistentes.

Em uma das áreas de maior circulação de turistas, no largo que finda a Rua da Esperança e dá acesso à praia, há uma placa, instalada por ordem da Prefeitura Municipal de Ipojuca, na qual se adverte sobre a proibição de comércio ambulante naquele

logradouro (Figura 4). Reveladora e desconcertante, a referida placa é um instrumento que coage não só pelos dizeres e símbolos proibitivos, mas pela própria localização onde fora afixada, denotando a presença fiscalizadora e severa do Estado justamente em local de concentração de pessoas, tal e qual o pelourinho no centro de uma urbe colonial portuguesa.



Figura 4: Porto de Galinhas: largo no final da Rua da Esperança. Em destaque, placa afixada pela Prefeitura Municipal de Ipojuca

A placa se impõe como um instrumento de normatização empregado com o intuito de estabelecer um “efeito-represa” que impeça a ação daqueles que atuam em um dos níveis mais elementares do circuito inferior da economia (SANTOS, 2004), considerados nocivos ao bom desempenho de Porto de Galinhas como destino em plena competição pela preferência de turistas nacionais e estrangeiros, bem como dos empreendedores formais, os beneficiários maiores da turistificação em curso. Como estratégia de contenção, a placa objetiva, enfim, garantir “a abreviação e/ou o desvio de uma dinâmica, e impedimento ou a restrição à sua expansão, à sua proliferação” (HAESBAERT, 2009a, p. 115).

Alguns relatos coletados de informantes que vivenciam, pelo mundo do trabalho, o dia a dia da localidade são também indicativos do que se está tratando nestas linhas. Através de informações obtidas em duas entrevistas, cedidas por pessoas cujos pseudônimos são Caymmi e Rossi, jangadeiro e garçom, respectivamente, é possível compreender, ainda que de modo preliminar, alguns aspectos do processo de territorialização levado a cabo por alguns dos agentes que fomentam o turismo local.

Ao ser questionado sobre a forma de organização dos passeios turísticos entre os jangadeiros, Caymmi, 24 anos, morador do Socó, periferia (social e geográfica) de Porto de Galinhas, afirma:

Tem a associação [Associação dos Jangadeiros de Porto de Galinhas], que diz as regras, sabe? Tem uma ordem de quem vai primeiro, vai segundo, e por aí vai... só pode trabalhar aqui se for associado. Se não for, não tem jeito, a associação não deixa “carregar” turista não.

Mais adiante, ao ser perguntado sobre as atribuições da associação, o mesmo entrevistado afirma:

A associação é que cuida de tudo da gente [referindo-se aos jangadeiros]. Organiza os passeios, diz quem pode trabalhar e trata das nossas coisas [demandas, reivindicações] com a Prefeitura. Cuida de tudo, mas é bem rígida, viu? Se o jangadeiro “some”, tem que botar alguém no lugar e, ainda assim, quando volta, tem que se explicar direitinho, para não perder o direito de trabalhar.

Ainda em Porto de Galinhas, Rossi, 27 anos, morador de Nossa Senhora do Ó, relata que tanto a atividade que exerce (garçom) quanto a organização das barracas (quantidade de mesas e de funcionários, por exemplo) sofrem rígido controle da Prefeitura Municipal de Ipojuca, mais especificamente de um preposto da Secretaria de Turismo conhecido como Coronel Alexandre. Segundo o entrevistado, o referido funcionário tem a incumbência de resolver conflitos relativos à gestão do turismo, atuando, inclusive, na regulamentação dos preços dos produtos comercializados nas barracas de praia, visando evitar abusos.

Os relatos acima, por um lado, revelam o refinado nível de organização dos trabalhadores que atuam na realização de passeios turísticos, algo salutar, notadamente por ser uma iniciativa de base local, e, por outra parte, denotam a capacidade de controle quase que absoluto sobre as ações de jangadeiros e barraqueiros, respectivamente, inclusive quanto à contenção do ingresso de novos profissionais nas atividades. Neste sentido, as formas de territorialização promovidas pela associação e pelo Estado, em sua esfera municipal, se manifestam como indícios da prática de contenção territorial.

Os casos acima relatados expressam formas de obstruir iniciativas espontâneas de inserção de determinados grupos ao mercado do turismo através do emprego de um efeito-barragem que, mesmo não possuindo a concretude de uma placa com dizeres e símbolos proibitivos, é efetivo pela força da ordem, do disciplinamento.

Em Praia dos Carneiros, diferentemente da localidade anteriormente analisada, os indícios observados indicam a formação de arranjos construídos a partir da relação entre turismo e território que apresentam características de reclusão, no sentido mais, por assim dizer, tradicional de fechamento, de isolamento de grupos. O cercamento de áreas à beira-mar para a implantação de empreendimentos turísticos (Figura 5a) e que torna o

acesso à praia extremamente restrito é um indicativo da ocorrência de processos que podem ser denominados de reclusão territorial.



Figura 5: Praia dos Carneiros: (a) vista parcial de empreendimento hoteleiro; (b) cerca que delimita a pousada e portão de acesso à praia.

Os empreendimentos hoteleiros, criados após o loteamento de uma fazenda de cocos, estão localizados ao longo da faixa de praia, criando barreiras físicas ao trânsito de pessoas que não são hóspedes. Como se pode observar na Figura 05b, a cerca que isola a pousada sequer precisou ter sido feita de material ou estrutura resistentes: o seu significado é claro o suficiente para que o uso de frágeis cordas e madeiras façam o papel de tornar seletivo o acesso da praia à pousada e vice-versa.

Os indícios de reclusão aí verificados, cuja ocorrência é perceptível pela presença das formas anteriormente citadas, são reforçados, ao menos no contexto em exame, por um discurso que busca vincular tal processo de precarização territorial a uma necessidade de manutenção dos atributos que tornam Praia dos Carneiros atrativa como destino turístico para uma clientela ávida pela conjunção de Sol e Praia e de um “retorno à natureza”.

Assim, segundo Jards, gerente do empreendimento hoteleiro visitado, a preservação tanto da tranquilidade na faixa de praia quanto dos resquícios de restinga ainda observáveis nos trechos em frente à pousada são consequências diretas das restrições de acesso ao litoral promovidas pelos empreendedores hoteleiros. Ainda de acordo com o entrevistado, a estrutura da pousada foi desenvolvida de acordo com uma demanda específica por um certo isolamento das atribulações próprias da vida urbana. Sobre esta estratégia de uso da praia, Cruz (2003, p. 86-87) afirma:

[...] no processo acentuado de urbanização do litoral, tem se destacado a urbanização para fins turísticos e de lazer, o que recai diretamente sobre as formas de utilização da praia. Com o intuito de aproveitar o máximo potencial turístico da praia, as infra-estruturas turísticas de localidades litorâneas têm sido implantadas cada vez mais próximas da praia e, em muitos casos, na praia propriamente dita. Como resultado disto, tem-se a privatização de vastos trechos de praia por hotéis, resorts, condomínios de segundas residências, bares e outros equipamentos infra-estruturais relacionados a atividades de lazer.

Ainda segundo a autora, esta forma de privatização da praia costuma ser explícita, empregando cercas, muros e demais formas concretas que visam garantir o isolamento de determinada área.

Pelo exposto, fica patente que o termo “isolar”, no sentido atribuído pelo entrevistado, em convergência com a observação feita pela autora, significa formar “uma espécie de ‘territórios-clausura’ em tentativas [...] de controle da mobilidade de uns a fim de garantir a mobilidade de outros” (HAESBAERT, 2004b, p. 39).

Em síntese, através do exame dos referenciais perceptíveis pela observação e pela interpretação analítica das entrevistas cedidas em Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros, é possível afirmar que em ambas as localidades se constata a ocorrência de indícios que permitem inferir que alguns arranjos levam a um processo de precarização territorial, o que, desde um ponto de vista comparativo, se configura como uma analogia.

Há que ser salientado, porém, que em Porto de Galinhas, tais processos de precarização convergem para uma prevalência da contenção territorial como uma prática que tem no Estado, em sua esfera municipal, o seu principal agente. Em Praia dos Carneiros, o fomento à precarização territorial se dá pelo viés da reclusão, posto que os turistas são confinados em espaços mais rigidamente encerrados – os empreendimentos hoteleiros – que, controlados por agentes econômicos, restringem o acesso de outros grupos que não os hóspedes. Isto se configura como uma diferença nas estratégias territoriais desencadeadas nas distintas localidades.

PARA NÃO CONCLUIR...

Este texto, um breve exercício de análise de alguns dos aspectos relativos à dinâmica territorial do turismo em dois balneários do litoral sul de Pernambuco, partiu de uma série de reflexões feitas por um grupo formado por docente e estudantes do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco que,

envolvidos em debates sobre o papel do turismo na produção do espaço, realizou uma atividade de campo nas localidades acima mencionadas.

Os indícios verificados apontam, preliminarmente, para a ocorrência de processos de contenção e reclusão territoriais em Porto de Galinhas e Praia dos Carneiros. Na primeira localidade citada, os processos observados e as entrevistas cedidas revelam uma prevalência de processos de contenção territorial. Em oposição, a precarização do território no segundo balneário se dá muito mais pela via da reclusão, ainda que simulada, em espaços mais rigidamente delimitados, compostos pelos empreendimentos turísticos.

Apesar da constatação de tais indícios, o presente escrito não pode ser considerado uma palavra última sobre o tema aqui tratado. Ao contrário, deve ser tomado como um esboço inicial, uma reflexão introdutória para o desenvolvimento de investigações que venham a elucidar aspectos dessa dinâmica territorial do turismo nas localidades aqui enfocadas, notadamente no que se refere à pertinência ou não da ocorrência de processos de contenção e reclusão territoriais.

Assim, mais do que expressar explicações e opiniões conclusivas acerca do caso em tela, cabe aqui uma apresentação de proposições que possam ser consideradas como uma agenda de pesquisa que venha a identificar se há veracidade por trás dos indícios apontados. Desta forma, são sugeridos três caminhos para futuras investigações, quais sejam:

- Aprofundar o debate teórico sobre a abordagem territorial no turismo, especialmente no que diz respeito aos conceitos de contenção e reclusão territoriais, ainda em construção, sem olvidar a necessidade de realizar um esforço de empiricização de tais dinâmicas, levando-se em conta os processos de des-re-territorialização daí advindos;
- Analisar a gênese do processo de turistificação dos espaços litorâneos no sul de Pernambuco, identificando aspectos basilares da formação de territórios do turismo nas localidades, o que significa, por um lado, historicizar tal processo e, por outra parte, apontar os agentes envolvidos e o papel desempenhado por cada um deles, além de compreender as múltiplas relações e escalas aí envolvidas;
- Desenvolver uma metodologia de pesquisa que considere duas possibilidades: (a) a apreensão analítica, crítica e reflexiva das novas dinâmicas territoriais atinentes ao turismo contemporâneo, especialmente na sua modalidade de Sol e Praia e (b) a sua aplicação nos demais casos de turistificação do espaço litorâneo nordestino.

Outro aspecto importante da contenção territorial e que não foi aqui tratado – por não ser propósito de um escrito como este, de caráter preliminar – diz respeito ao fato de que, via de regra, o barramento impede ou contém fluxos de um lado, ao passo que provoca fluxos para outro lado, como forma de contornar a retração (HAESBAERT, 2009b).

Há que se considerar também que, dados os distintos estágios de amadurecimento das destinações turísticas aqui analisadas, o balneário de Porto de Galinhas pode ser tomado como um exemplo dos acertos e equívocos do planejamento e gestão do turismo como ora se desenvolve, de modo mais amplo, em todo o litoral pernambucano e, em específico, na localidade de Praia dos Carneiros. Isto permitirá, em última instância, que a municipalidade de Tamandaré (ou qualquer outra que vivencie tal dinâmica) possa traçar um modelo de implantação do turismo que privilegie as iniciativas locais, promovendo o protagonismo das comunidades preestabelecidas, algo que em Porto de Galinhas tem se tornado cada vez mais raro.

Neste sentido, levando-se em conta todas as possibilidades de desdobramento aqui citadas, bem como outras surgidas a partir de questões que possam não terem sido comentadas neste escrito, o tema em tela possui considerável potencial como gerador de novos debates que podem desaguar em pesquisas relativas à dinâmica territorial do turismo em toda sua complexidade. Isto pode resultar, em última instância, em novas formas de planejamento e gestão do turismo que refutem as práticas territoriais que separam os homens.

REFERÊNCIAS

- BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CERVO, Amado; BERVIAN, Pedro e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2003.
- GROSSEN, Alfred. **Politik erklären**. Unter welchen Voraussetzungen? Mit welchen Mitteln? Zu welchen Ergebnissen? München: Hanser, 1973.
- HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.
- _____. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. In **Terra Livre**, v. 2, n. 23. Goiânia: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2004b, p. 35-52.
- _____. Território e multiterritorialidade – um debate. In **GEOgraphia**, ano IX, n. 17.

Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 19-45.

_____. Des-controle dos territórios – e das fronteiras – num mundo globalizado. In **Geografia em Questão**, v. 01, n. 02. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009a, p. 56-69.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In SAQUET, Marcos Aurélio e SPOSITO, Eliseu Savério (org.). **Território e territorialidades**. Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009b, p. 73-94.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

MALLMANN, Daniele Laura Bridi e ARAÚJO, Tereza Cristina Medeiros de. Vulnerabilidade física do Litoral Sul de Pernambuco à Erosão. In **Tropical Oceanography**, v. 38, n. 2. Recife:

Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 129-151.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 61-77.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SELVA, Vanice Santiago Fragoso. Litoral da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe: de ambiente natural a espaço do turismo. In: **Revista Nordestina de Ecoturismo**, v. 5, n. 1. Aquidabã: Escola Superior de Sustentabilidade, 2012, p. 8-16.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

Artigo recebido em 10/05/2013 e aceito em 15/06/2013